

A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO E O TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia¹

THE REPRODUCTION OF THE CAPITAL IN THE FIELD AND THE TERRITORY OF THE RESISTANCE OF THE PEASANT: the small agriculturist movement in Bahia

Wagnervalter Dutra Júnior

Mestrando em Geografia Agrária pela
Universidade Federal de Sergipe.

Prof. Visitante da Universidade do Estado da Bahia
UNEB – Campus VI – Caetité - BA.
wagnervalter@yahoo.com.br

Clísia Perpétua dos Santos Cardoso Dutra

Graduanda em Direito pela FAINOR -
Faculdade Independente do Nordeste.
clisiaperpetua@yahoo.com.br

Resumo: O presente texto visa discutir o território da resistência do campesinato na Bahia a partir da ação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado, compreendendo que tal processo se dá no contexto da ampliação, expansão e reprodução do capital no campo brasileiro e baiano. Historicamente, o modelo agrícola cria possibilidades para esta ampliação fomentando o agronegócio e o latifúndio na Bahia e no país. Essa especificidade do modelo agrícola brasileiro possibilitou que entre 1995 e 1996 surgisse o MPA, no sul do país (RS). No período uma seca ameaçava a perda da plantação de inúmeras famílias camponesas que se organizaram em acampamentos, e tinham como objetivo inicial a conquista de um crédito emergencial. Entre 1999 e 2000 o MPA começou a se estruturar na Bahia a partir da articulação com o MPA nacional, desde então começa a atuar nesse Estado. As contradições geradas pela reprodução do capital no campo brasileiro mostram que ao mesmo tempo em que o latifúndio e o agronegócio crescem a agricultura camponesa resiste.

Palavras-chave: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Território. Produção capitalista. Resistência. Camponês.

Abstract: The present text aims at to argue the territory of the resistance of the peasant in Bahia from the action of the Small Agriculturist Movement (SAM) in the State, being understood that such process happens in the context of capital enlargement, expansion and reproduction in the Brazilian and Bahian field. Historically the agricultural model creates possibilities for this enlargement fomenting the agro business and the large state in Bahia and the country. This selectivity of the Brazilian agricultural model made possible that between 1995 and 1996 appeared the SAM, in the south part of the country (RS). In the period a drought threatened the loss of the plantation of innumerable peasant families who organized in encampments, and had as initial objective the conquest of an emergencial credit. Between the 1999 and 2000 the SAM started to structuralize in Bahia from the joint with the national SAM, since then it starts to act in

this State. The contradictions generated for the reproduction of the capital in the Brazilian field show that at the same time where the large state and the agro business grow the peasant agriculture resists.

Key-words: Movement of the Small Agriculturists – SAM. Territory. Capitalist production. Resistance. Peasant.

Introdução.

O objetivo deste artigo é analisar o território da resistência do campesinato na Bahia a partir da ação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado, mesmo compreendendo que a expansão e reprodução do capital no campo brasileiro e baiano se amplia, e historicamente o modelo agrícola cria possibilidades para esta ampliação fomentando o agronegócio e o latifúndio na Bahia e no país.

A sociedade e o espaço brasileiros foram gerados a partir de alianças entre as elites nacionais e a burguesia internacional, numa fusão-combinação entre capital nacional e externo, e toda a lógica social e espacial obedeceu a este padrão.

O campo e a cidade, o comércio, a indústria, os serviços e a agricultura no Brasil, foram sempre fontes de extração de mais-valia mediadas pelo paternalista Estado brasileiro, sempre dócil aos desígnios das empresas multi-transnacionais e dos países centrais do sistema do capital. A evolução histórica desta particular manifestação local do capitalismo gerou uma das sociedades mais desiguais do planeta e um dos espaços mais segregadores que existe.

Nas cidades, as periferias agregam os trabalhadores e desempregados estruturais da atual conjuntura histórica, e no campo o agronegócio marcha para concentrar mais terras, expulsar os camponeses e destruir o meio ambiente, e a reprodução do capital na economia brasileira se pauta nessa relação campo-cidade, com o primeiro exercendo um papel fundamental para a reprodução da mão-de-obra a baixo custo, e consequentemente os lucros do capital atinge cifras estratosféricas.

O espaço agrário brasileiro no século XX assiste a construção de um modelo agrícola voltado para a promoção dos latifúndios e da agricultura capitalista, tendo o Estado brasileiro como o seu financiador, despejando verbas neste setor. Para termos uma idéia, numa análise dos dados referentes ao ano de 1985, nota-se que o crédito

destinado ao setor estava dirigido socialmente, tendo em vista que 3% do total chegaram aos estabelecimentos com menos de 10 ha; 28% aos de 10 a 100 ha, e os restantes 69% foram destinados às propriedades de mais de 100 ha (OLIVEIRA, 2001, p. 79 – 80). Na outra ponta, a agricultura camponesa é expulsa da terra, pois, no contexto das contradições geradas pelo modelo, esta não consegue se reproduzir, geralmente não tem acesso ao crédito, quando consegue, muitas vezes não tem condição de renegociar ou quitar a dívida, perde a terra para o capital bancário (financeiro). Na marcha da expansão do capital no campo brasileiro temos, de um lado, o latifúndio e o agronegócio largamente financiados pelo Estado e, de outro, a agricultura camponesa pressionada pelo latifúndio e pelo capital.

Essa especificidade do modelo agrícola brasileiro possibilitou que no período de 1995 e 1996 no Rio Grande do Sul surgisse o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Nesse período uma seca ameaçava a perda total da plantação de inúmeras famílias camponesas que se organizaram em acampamentos (conhecidos como acampamentos da seca), e que tinham como objetivo inicial a conquista de um crédito emergencial, mas descobriu-se que o problema era muito maior.

A partir de então o MPA se estruturou e hoje se afirma e cresce no sentido da luta para permanecer na terra, para reivindicar uma nova política agrícola, por crédito subsidiado, por seguro agrícola e por um novo projeto para a agricultura camponesa. A partir da luta e da organização em Rondônia e no Espírito Santo o MPA se instituiu nesses locais e a partir disso começa a se expandir em todo o país. Entre os anos de 1999 e 2000 o MPA começou a se estruturar na Bahia com o apoio da CPT² e do CEAS³ e a partir da articulação com o MPA a nível nacional (militantes do movimento no Rio Grande do Sul vieram para a Bahia para articular a formação da base do movimento em território baiano). Desde então começa a atuar na Bahia.

As contradições geradas pela reprodução do capital no campo brasileiro mostram que ao mesmo tempo em que o latifúndio e o agronegócio crescem a agricultura camponesa resiste, mesmo que na figura dos sem terra, ou dos que se reproduzem com pouca terra e muitas vezes encontram dificuldade para sustentar a família e sobreviver.

O território do capital, o espaço agrário e a sujeição do trabalho camponês (renda da terra).

A vida contemporânea delinea uma sociabilidade em que o valor de troca se torna o fundamento primeiro e último da produção e reprodução da vida em sociedade. Uma tendência plausível considerando que a “[...] riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias” (MARX, 2002, p. 57). A mercadoria realiza-se para o capitalista enquanto valor de troca.

Para que o capital se constitua enquanto modo de produção dominante é historicamente necessário efetivar constantemente a subsunção do trabalho aos seus imperativos. A origem desse processo se deu no âmbito do capitalismo comercial e se expressou pela separação do trabalhador dos seus meios de produção, para que este pudesse se constituir enquanto trabalhador livre e ser constrangido ao trabalho assalariado, pressuposto básico para a afirmação do capital, e para que este pudesse produzir-se enquanto tal e se reproduzir.

A reprodução do capital é tão importante para a manutenção do sistema quanto a sua produção. É essencial compreender que “[...] o capital não é apenas resultado, mas pressuposição da produção capitalista [...]” (MARX, *apud* AUED ; ALBUQUERQUE, 2005, p. 47). Para que haja uma relação tipicamente capitalista é preciso que o ciclo $D - M - D'$ seja ininterrupto, portanto o capital só se forma a partir da extração do sobretrabalho, daí o papel essencial da reprodução.

Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo da sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. [...] Se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução. No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande. (MARX, 2002, p. 661).

No processo de produção capitalista o lucro (a mais-valia) é o objetivo último e primeiro do movimento do capital, quer se trate da agricultura ou de qualquer outro ramo da produção. Em relação ao conjunto da produção capitalista o lucro se expressa pela taxa de mais-valia medida segundo o capital global, formando a taxa de lucro (e a

mais-valia medida segundo o capital variável se denomina taxa de mais-valia) (MARX, 1984). O trabalho não pago é a origem comum do lucro e da mais-valia. São “[...] duas medições diferentes da mesma grandeza que, devido à diversidade de escalas, expressam ao mesmo tempo proporções ou relações diferentes da mesma grandeza” (MARX, 1984, p. 34). Toda a produção capitalista de mercadorias é direcionada para a exploração do trabalho como forma de gerar valor excedente que é apropriado pelo capitalista, seja qual for o ramo produtivo. “O capitalista não produz a mercadoria [...] por seu valor de uso ou para o seu consumo pessoal. O produto que efetivamente interessa para o capitalista é [...] o excedente de valor do produto sobre o valor do capital nele consumido”. (MARX, 1984, p. 33).

Kautsky (1980) ao tecer uma análise da agricultura sob os moldes da produção capitalista coloca que a exploração agrícola moderna é impossível sem capital. “[...] Se examinamos a agricultura moderna, nela observamos dois fatos fundamentais: a propriedade individual da terra e o caráter de mercadoria que apresentam todos os produtos da lavoura” (1980, p. 76). A produção agrícola converte-se em produção de valores de troca. Todo o campesinato se vê abruptamente inserido nessa lógica, a sua reprodução passa a ser determinada pelo reino mercantil, a necessidade de se capitalizar o leva às mãos do capital usurário (juros), a troca é agora mediada pelo dinheiro e em função disto a sua existência produtiva passa a ser monetarizada.

Para o camponês o que antes significava fartura, como uma colheita vasta, sob a frieza das leis da oferta e da procura, passou a significar escassez e necessidade; a queda dos preços do seu produto. A perda da sua terra para o capital usurário para saldar as dívidas, a proletarização induzida deste e a dos filhos que eram enviados para a cidade, pois a sazonalidade do trabalho dificultava a manutenção dos mesmos na terra por conta do custo; tudo isto selado pela separação dos meios de produção produz uma grande maioria camponesa na mesma condição geral de todo o trabalhador no modo de produção capitalista: vendedor de força de trabalho (proletarização do camponês).

Apesar do sistema do capital engendrar uma tendência à proletarização do campesinato, e da existência de análises dentro da teoria marxista, fundamentalmente com os clássicos que analisam a questão agrária, como Lênin e Kautsky, que teorizavam sobre o fim do campesinato (no sentido da proletarização total), tal fato não foi

observado. O fenômeno da resistência do campesinato requer ser compreendido dentro da lógica da reprodução do capital e da expansão deste na agricultura.

É preciso pontuar que no contexto da reprodução do capital o trabalho camponês é absorvido pelo sistema do capital, mesmo que a sua forma típica familiar seja diversa da forma típica capitalista, o assalariado. “A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz” (MARTINS, 1981, p. 160). Contraditoriamente a terra se coloca como obstáculo para o capital, pois, “[...] sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura” (MARTINS, 1981, p. 160). A terra por não ser produto do trabalho humano (assalariado ou não), não pode ser considerada capital, mas, no entanto ela se transforma em mercadoria (adquire preço – pode ser comprada, vendida ou alugada). Dessa forma o capital começa a eliminar a contradição da condição de obstáculo que a terra representa e adquirir a “[...] licença para a exploração capitalista da terra [que] depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra” (MARTINS, 1981, p. 161).

A forma específica da apropriação capitalista da terra permite que o trabalho camponês seja subordinado ao capital. O trabalho no sistema do capital é a condição da produção do valor e da mais-valia, portanto mesmo as formas produtivas que não possam ser consideradas tipicamente capitalistas são inseridas no circuito da reprodução ampliada do capital. No âmbito desse processo, e das relações possíveis entre o capital, o trabalho e a terra é fundamental compreender que

enquanto a mais-valia é extraída do trabalhador pelo capital no próprio processo de trabalho, na própria produção a renda fundiária não é. No processo de produção, o trabalhador produz o seu salário e o capitalista extrai o seu lucro. A conversa com o proprietário da terra vem depois, em separado, não obstante a sua renda também tenha que sair da produção. Só que nesta a parte da riqueza que excede o necessário ao pagamento do salário do trabalhador é apropriada pelo capitalista, porque ele é o proprietário do capital, e mais ninguém. Portanto, a renda que toca ao proprietário da terra terá que chegar num segundo momento. [...] Ora, o trabalhador produziu mais-valia, incrementou a riqueza, para o capitalista. Quando este paga a renda ao proprietário, não está produzindo nada; está distribuindo uma parte da mais-valia que extraíra dos seus trabalhadores. Por isso, a renda capitalista da terra não nasce na produção, mais sim na distribuição da mais valia.” (MARTINS, 1981, p. 162 – 163).

A mais-valia distribuída pelos capitalistas aos proprietários fundiários se expressa através da renda da terra; no modo de produção capitalista a renda da terra pode resultar

“[...] do monopólio da terra por uma classe ou fração de classe [...]” (OLIVEIRA, 1986, p. 75) formando a renda absoluta ou da concorrência, sendo renda diferencial.

As causas da renda diferencial podem advir da diferença de fertilidade (fator natural), do solo, da localização das terras (renda diferencial I), como também do incremento de capital para melhorar a produtividade da terra através de fertilizantes, produtos para a correção da acidez dos solos dentre outros (renda diferencial II). A renda absoluta resulta do monopólio da terra por uma classe ou fração de classe, que só permitem a utilização das suas terras quando os preços de mercado ultrapassam os seus preços de produção, gerando para os mesmo um lucro extraordinário; que figura como uma espécie de tributo pago pelo conjunto da sociedade aos proprietários da terra. (OLIVEIRA, 1986, p. 74 – 75).

O capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, depara-se com a conversão da renda da terra em capital. No âmbito da agricultura camponesa o processo de produção do capital nunca é produzido por relações especificamente capitalistas. No bojo desse processo, entende-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço para a expansão do trabalho familiar camponês (como camponês proprietário, meeiro, parceiro, rendeiro ou posseiro). Nessa lógica,

[...] os próprios capitalistas no campo utilizam tal processo para produzir capital. Desta forma, este processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades e/ou estabelecimentos. (OLIVEIRA, 2002, p. 284).

Sob a égide das relações capitalistas o território enquanto materialização da espacialidade social traz a feição destas relações. Todas as contradições inerentes ao processo capitalista se inscrevem no espaço, que já não se configura como um receptáculo passivo dos processos sociais, mas como um ponto fundamental para a reprodução do capital, e a forma propriedade privada comanda a reprodução como pressuposto histórico do capital.

No modo de produção capitalista a terra é mercadoria [...]. Como o capitalismo tende sempre à universalização, ocorre que a Terra, o Globo, se põe, ante o capitalista como mercadoria. No entanto, o objetivo do capitalista só é produzir a mercadoria enquanto meio de realizar o capital. Para chegar a isso precisa transformar a terra em solo e o possuidor independente da terra em assalariado. Então a propriedade privada é a forma geográfica de produção e reprodução do capital. A propriedade privada, porém, é espaço produzido como mercadoria pelo trabalho assalariado. (SILVA, 1991, p. 133).

O território para o capital se põe como territorialidade que reproduz a propriedade privada da terra, a renda da terra e as relações de poder que a partir daí se estruturam.

Considerando-se a realidade capitalista da produção no Brasil que se guiou por processos de desenvolvimento desigual e combinado, toda esta estrutura excludente fez concentrar ao longo de sua evolução a propriedade privada da terra nas mãos de poucos, chegando-se ao final da década de 1990 com um acentuado grau de concentração, “[...], pois apenas 1% dos 4,8 milhões de estabelecimentos controlam quase a metade de todas as terras legalizadas no Brasil” (STÉDILE, 2000, p. 197). Isso exprime o resultado do desenrolar histórico da reprodução do capital no campo brasileiro, que será compreendido a partir do entendimento de que

a lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital [...], [a partir daí] nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferentes formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, portanto totalidades históricas, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja, a terra. (OLIVEIRA, 2001, p. 75).

A dimensão territorial do sistema do capital é um componente essencial da lógica reprodutiva do mesmo. A reprodução do sistema é reprodução do espaço, que no meio rural gera concomitantemente um território do camponês e um território do capital, a partir das contradições da produção e reprodução material da sociedade. A evolução das forças produtivas levou a uma reorganização dos processos produtivos no campo brasileiro que demonstram uma expansão do capitalismo nacional articulado e integrado aos interesses do capitalismo mundial; na perspectiva do território do capital no campo a revolução verde é absorvida como necessidade de realização do capital externo, bem como a expansão de monoculturas da soja, do café, da laranja; e somando-se a isso a expansão do capital financeiro atuando no campo. Toda essa estrutura e articulação só foram possíveis de se realizar a partir da atuação do Estado brasileiro no setor agrário-agrícola. Sobre tal atuação assevera Muller e Aued:

a partir desse contexto, revelou-se o papel do estado no desenvolvimento econômico do capitalismo na agricultura brasileira nos últimos tempos, como gestor de recursos e conciliador de interesses dos grandes proprietários e de grupos econômicos ligados ao setor produtivo e de processamento. Para tanto, criou mecanismos de distribuição de recursos financeiros e estabeleceu normas de execução e fiscalização, tanto na distribuição, como na produção e na comercialização. Para espacializar (territorializar), especificamente, a ação do capital, na reorganização do espaço produtivo da agricultura na economia brasileira, forma necessários as parcerias do Estado com os interesses da empresas multinacionais produtoras de máquinas de sementes e de fertilizantes. (2004, p. 4).

Nesse viés, se estrutura o que se pode denominar de modelo agrícola brasileiro, destinado a reproduzir o capital no campo. Na ótica do território camponês, apesar do movimento da expansão do capital no campo e a conseqüente pressão sob a sua terra, mesmo com a sujeição da renda da terra produzida pelo camponês ao capital, este luta para permanecer na terra na tentativa de sobreviver para além da pressão do capital e da atuação do Estado brasileiro que contribui para a redução das possibilidades de fixação na terra.

No contexto desse modelo agrícola o grosso do crédito do setor é destinado ao agronegócio, a juros extremamente baixos (sem contar com as dívidas não pagas e anistiadas pelo governo); na outra ponta os camponeses têm dificuldade de acessar o crédito, e muitas vezes intempéries de ordem natural podem arruinar a produção e a vida de muitas famílias camponesas. Foi o que ocorreu no Rio Grande do Sul no ano de 1995, onde camponeses enfrentaram uma seca que chegou a arruinar toda a sua produção. Nos meses de janeiro e fevereiro de 1996, foram organizados cinco acampamentos da seca, com mais de 25.000 pessoas. Tendo em vista a perda da safra em decorrência da seca, e as dívidas contraídas para o custeio da plantação, os camponeses pressionaram visando conseguir do governo um crédito emergencial. Porém a história de vida e sacrifício daqueles camponeses os levou a perceber que o ciclo poderia a cada ano recomeçar, tendo em vista que o problema tinha raízes muito mais profundas (o modelo agrícola), essa percepção e organização camponesa fizeram surgir o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que nos anos posteriores foi se espalhando por outros Estados brasileiros. Um dos fatores que contribuíram para originar o movimento foi a decepção que os camponeses tiveram com o sindicato rural que não dava mais resposta aos seus anseios. Somado a isso a ação de militantes do MST, ex-dirigentes sindicais que romperam com os seus sindicatos rurais e a ação da CPT foram fundamentais na construção do movimento.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) desempenhou um papel seminal para que o movimento ganhasse projeção nacional, e o surgimento do MPA na Bahia se deve em muito ao trabalho desta Pastoral.

A resistência e o questionamento: o território do Movimento dos Pequenos Agricultores na Bahia.

As bases da construção e do funcionamento do modelo agrícola brasileiro aprofundam o caráter rentista da terra no conjunto da ‘questão agrária’ no país, e a expansão do capitalismo no campo configura-se como uma ofensiva ao campesinato. A ‘questão agrária’ está na base do pacto político que sustenta o Estado brasileiro, em que a propriedade da terra representa o poder de muitos setores da classe dominante, propriedade esta que

[...] amarra relações sociais, organiza relações de classes, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites para a participação democrática das diferentes classes sociais, particularmente as classes trabalhadoras. O atual edifício político da sociedade brasileira ruiria se esse alicerce fosse tocado, modificado ou destruído: desapareceria uma das dificuldades para o progresso político das populações do campo. A propriedade territorial constitui mediação essencial da organização política brasileira. (MARTINS, 1988, p. 67).

Diante desse quadro como pensar o território da resistência camponesa a partir da ação do MPA na Bahia, mesmo inserido nas amarras do Estado brasileiro, um Estado Capitalista Latifundista Multinacional (SILVA, 2004).

O MPA na Bahia começa a se estruturar a partir do início de 1999, quando membros da CPT local, do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), técnicos ligados aos camponeses e lideranças locais da região sudoeste da Bahia, iniciavam uma discussão sobre a situação dos camponeses e a necessidade de estimular formas de organização no campo, confrontando inclusive a experiência do MPA que já existia em outros estados do Brasil.

A partir daí aconteceram várias atividades, levantamento sobre a situação dos camponeses, reuniões nas comunidades, seminários regionais e em março de 2001, a realização de uma mobilização em Vitória da Conquista com a presença de mais de 800

camponeses vindos de 10 municípios da região sudoeste da Bahia. Esta mobilização foi de grande importância, pois, além de apresentar uma pauta coletiva de reivindicações aos órgãos públicos, marcou o lançamento oficial do Movimento dos Pequenos Agricultores no estado da Bahia.

O catalisador inicial da formação do MPA na Bahia foi a dificuldade de acesso ao crédito por parte dos camponeses do Estado. A estrutura dos sindicatos rurais, assim como no sul do país, não oferecia resistência e nem lutava para reverter a situação, como coloca com propriedade Humberto Santos Palmeira⁴ da Coordenação e Direção Estadual do MPA:

o que os camponeses estavam querendo nesse período, do ponto de vista econômico? A gente sempre procura qual o fator mobilizador, para as pessoas se organizarem, por que você não vai chegar numa comunidade e falar o que é o MPA do ponto de vista político, sendo que a princípio o que move o camponês é a sua necessidade econômica (de sobrevivência), isso até Marx dizia que o que faz o ser humano sobreviver são as suas necessidades, nesse momento o afã dos camponeses era a luta pelo crédito, foi logo quando surgiu o Pronaf, quando o governo lançou o Pronaf. Aqui na região sudoeste [da Bahia] há uma dificuldade de acessar o crédito do Pronaf, primeiro por causa da burocracia do banco, é muita burocracia exigida dos agricultores, e o apadrinhamento político, então quem acessaria só quem era do lado do governo municipal ou tinha um cabo eleitoral forte. O movimento vem justamente naquele momento para poder reverter essa situação, então nesse período foi quando se começou a organizar de fato as comunidades a partir de 2000 e foi quando foram feitas várias ocupações nos bancos de Vitória da Conquista – BA, principalmente o Banco do Nordeste na época que era o banco que trabalhava com isso. Foram várias ocupações em massa do pessoal nos bancos para poder desburocratizar isso, então a partir disso o MPA começou a ganhar a confiança do camponês, a confiança do ponto de vista da organização e a partir disso e dessa estratégia de lançar o movimento na Região Sudoeste (que a princípio o movimento começou na Região Sudoeste e depois foi para a Região Norte), então foi nesse período que a gente ganhou credibilidade, que a gente partiu para a organização mesmo, de como o MPA deve se organizar. Então a gente não queria uma organização sindical, naquela estrutura sindical de presidente e de secretarias, pois a gente viu que aquela estrutura já não ia mais a frente dentro das perspectivas que a gente queria, que foi dentro de uma discussão nacional e a gente nunca fugiu dessa discussão, que se começa a organizar um movimento de base mesmo. Então a gente é um movimento que quem o dirige são os agricultores, uns com alguma compreensão a mais do que outros, mas a essência do movimento são os camponeses (os agricultores).

O MPA começa a se firmar e a expandir-se na Bahia a partir da organização própria do movimento em grupos ou núcleos de base. Por que a organização nessa perspectiva? Humberto Santos Palmeira esclarece que

[...] numa perspectiva política que o movimento tem você tem que ter um território dominado, onde você controla o território, e numa perspectiva de luta e de transformação você tem que ter quem sustenta esta luta, é o por isso dos grupos de base. Num exemplo, você tem uma comunidade que tem 100 famílias, mas se naquela comunidade só 20 famílias quiserem fazer parte do MPA, do grupo de base, o grupo de base será aquelas 20 famílias, independente das outras 80 famílias participarem, mas se aquelas 20 ali na perspectiva do movimento quiserem organizar, quiserem discutir, as outras não impossibilitam, mas tem que ter uma referência, o grupo de base são as famílias x, z e y, então nessa perspectiva a gente começou a construir o movimento de base, na perspectiva de luta no processo de transformação, na própria discussão de que modelo a gente quer, então a gente tem que ter um território para poder aplicar isso.

A territorialização e a afirmação dos camponeses do MPA estão acompanhadas da expansão do movimento na Bahia, levando o mesmo a atuar na Região Sudoeste e na Região Norte do Estado. De acordo com Humberto Santos Palmeira o movimento está dividido em seis sub-regionais. Na Região Sudoeste há três regionais: a regional de Encruzilhada com três municípios, a regional Brumado–Aracatu, que fica com Aracatu, Brumado, Caraíbas, Livramento e Presidente Jânio Quadros e a regional Vitória da Conquista, que abarca os seguintes municípios: Vitória da Conquista, Tremedal, Anagé, Bom Jesus da Serra, Belo Campo, Piripá e Condeúba. Na Região Norte são três regionais. Essa organização visa facilitar na descentralização e na distribuição das tarefas.

O território camponês se materializa na unidade da produção familiar, lá está a possibilidade da garantia da (re)produção camponesa, que lhes permite permanecer e se fixar na terra. Na lógica do MPA a produção, fruto do trabalho familiar se destina à subsistência e o excedente é destinado ao mercado, ainda de acordo com Humberto Santos Palmeira na entrevista realizada em 2007 (c.f nota 4). Esta é a forma possível de manter-se frente ao sistema capitalista, diante da sujeição do trabalho ao capital.

O Estado brasileiro é aliado do capital na tarefa da extração da renda da terra, e a expressão mais visível disto está no modelo agrícola. Uma das formas de expressão deste está no tratamento diverso dado à agricultura capitalista em relação à agricultura camponesa no quesito acesso ao crédito. A luta pelo crédito foi o impulso inicial para a organização dos camponeses na gênese do MPA, tanto no sul do país como na Bahia. Porém, como foi dito acima os mesmos compreenderam que os problemas do campesinato tinham uma conotação mais profunda (e uma amplitude nacional). O que

os mantiveram organizados foi justamente esta tomada de consciência, conforme se percebe quando Humberto Santos Palmeira coloca a respeito dos objetivos do MPA:

qual o primeiro objetivo do MPA desde quando surgiu? Isso tanto lá no sul, que surgiu com intenção econômica, quanto a nível nacional; a grande luta é o modelo agrícola, primeiro a gente é um movimento que defende a agricultura camponesa, hoje se usa o termo familiar, mas por trás do termo familiar se tem o conceito do agronegócio [...]. A nossa grande luta é o modelo agrícola, por que hoje o Estado brasileiro não prioriza a agricultura camponesa e vem dando dinheiro, abrindo os cofres para a agricultura capitalista, no caso o que a gente chama de agronegócio, então a nossa grande luta é o modelo agrícola, e o foco principal na discussão do modelo agrícola é a produção de alimentos. A gente não é contra por ser contra; é contra por que o modelo agrícola que o Estado defende e vem subsidiando, e pratica, é um modelo que primeiro o agronegócio (*foco central do modelo*) concentra a terra, não produz alimento, não produz diversidade, produz monocultura (soja, algodão), e o modelo que a gente defende é justamente o contrário. É um modelo onde o foco é a produção de alimento, por exemplo, o Brasil é o maior país que produz grãos embora seja um país que tem muita gente que passa fome, então hoje a gente têm dados que se cada brasileiro tivesse 10 reais no bolso faltava feijão nas prateleiras do mercado, enquanto todo ano se vemos os dados agropecuários que o maior produtor de soja do mundo é o Brasil. Vê-se a grande contradição e o nosso foco na discussão do modelo agrícola é esse a produção de alimentos. Produção de alimentos saudáveis é bom deixar isso claro, então a gente defende a agroecologia, não ao uso de insumos, de agrotóxicos enfim toda a convivência com o meio ambiente do ponto de vista da agricultura, então o nosso foco é o modelo agrícola, a nossa grande luta desde quando o movimento surgiu é contra o modelo agrícola que esta aí, e atento a contribuir com o Estado para construir um outro modelo agrícola. Hoje a agricultura camponesa, familiar, embora com toda a fragilidade política e econômica ainda produz 70% do que o povo come no Brasil (segundo o IBGE) quem produz é a agricultura camponesa são os camponeses. O nosso grande foco, a nossa grande discussão, com o próprio agronegócio, o próprio governo e com a população é a produção de alimentos; a missão do MPA é lutar pela mudança do modelo agrícola [...].

A atuação do MPA está direcionada ao questionamento e a modificação da estrutura do modelo agrícola brasileiro que, como foi exposto acima, se volta ao fomento do agronegócio e de todo aparato técnico que o capital impõe nessa conjuntura. Tal comportamento reproduz por consequência prejuízos ambientais (uso de agrotóxicos e insumos), esgotamento do solo (monocultura) e exploração intensa do trabalhador (morte por esgotamento físico nos canaviais paulistas). A produção de alimentos que historicamente é em sua maioria fruto da produção camponesa, associada a uma agricultura com caráter agroecológico formam a base da orientação do MPA, soberania alimentar e respeito ao meio ambiente são pontos chave do movimento.

Na perspectiva de questionar o modelo agrícola e de defesa da soberania alimentar e da agroecologia o MPA já coloca algumas posturas que conflitam historicamente com

a ação do capital e do Estado no país e na Bahia. Mas o “nó” da questão agrária no Brasil, o caráter rentista da propriedade, não constitui preocupação central do movimento, tendo em vista que a bandeira levantada refere-se ao modelo agrícola em linhas gerais, e não à Reforma Agrária (mudança na estrutura fundiária). Isso não significa que o MPA não tenha como um dos seus anseios a realização da Reforma Agrária, pelo contrário, hoje lideranças e camponeses do MPA já colocam a questão da ocupação na pauta do movimento (e como uma contradição essencial); só a luta pela modificação do modelo agrícola talvez não seja suficiente para possibilitar a reprodução do campesinato. Ao tratar da relação do MPA com a ocupação da terra, da reprodução do camponês e da Reforma Agrária, Humberto Santos Palmeira se posiciona:

[...] apesar de o MPA hoje não ocupar terra, não faz a luta direta pela terra, e a gente entende que hoje é o MST que tem mais acúmulo histórico na luta pela terra então a gente está amadurecendo isso ainda [...]. A Reforma que a gente defende; a Reforma Agrária hoje que os movimentos sociais defendem principalmente a Via Campesina [...] na sua essência não é Reforma é uma revolução na verdade. [...] No processo de Reforma Agrária que a gente defende hoje, a desapropriação da terra vai dar o caráter político enorme. [...] A questão da reprodução do campesinato no MPA; eu particularmente a grande contradição que o movimento vai ter de agora para frente é essa, por que hoje os pequenos agricultores os camponeses são minifundiários ou sem-terra; um exemplo clássico, um exemplo meu mesmo, a minha família. A minha família tem eu minha mãe e o meu irmão, três pessoas numa propriedade de três hectares, é um cubículo, que do ponto de vista da reprodução do campesinato você imagina que se eu casar e for reproduzir a minha família na terra aquela propriedade é insuficiente, se meu irmão for casar e reproduzir a família na terra é insuficiente. Hoje a base das propriedades no MPA, lá nas comunidades quem faz parte do MPA, ou é minifundiário nisso que eu te falei ou são sem-terra, pessoas que tem três hectares, tem cinco hectares, e famílias enormes, o agricultor tem muitos filhos; e dentro da lógica da reprodução do campesinato aquela propriedade é insuficiente.

Em relação à territorialidade da ocupação como um elemento da resistência e da reprodução do campesinato, Humberto Santos Palmeira levanta que

[...] a grande contradição é essa, se o MPA defende a reprodução do campesinato e a luta pela terra, embora a gente compreenda que o MST é o que tem maior acúmulo (*histórico*), só que o MST ainda é insuficiente; insuficiente pra cobrir a terra, por que o latifúndio é enorme. [...] Aí é aquilo que eu te falava, a luta pela terra no MPA não vai se dar, não por decisão de direção ou coordenação, mas pela necessidade do povo lá. Qual a política que a gente faz hoje? Vai ter uma ocupação de terra, tem gente do MPA querendo ir para terra a gente encaminha para o MST, para o CETA, enfim para um movimento que a gente é parceiro. [...] A luta pela terra no movimento vai se dar por uma necessidade de sobrevivência do movimento mesmo; hoje eu diria pra você, isso na Bahia e no próprio sul do Brasil, as

direções do movimento, as coordenações estão sendo pressionadas pela base. Hoje na região sudoeste (*da Bahia*) pra dar um exemplo o próprio camponês na comunidade ele pressiona o MPA pela luta pela terra, embora ele compreenda que quem faz a luta pela terra é o MST, é o CETA. [...] Mas é aquilo que eu te falava, hoje o movimento vive sob pressão mesmo, nós já temos várias discussões do movimento, o próprio povo chegar; um exemplo, todo ano a gente faz o Encontro Estadual, e no Encontro Estadual desse ano que foi em Jacobina - Ba levantou um camponês e falou: e aí, e a luta pela terra? O camponês que viu a necessidade da reprodução da família dele, ele falou e o MPA não vai fazer a luta pela terra não? E aí? A gente fica tentando segurar isso, mas a gente discute, vai chegar o momento em que o próprio povo vai ocupar terra independente de nós, independente de colocar a bandeira do MPA. Hoje a luta pela terra no Pará, o MPA faz ocupação de terra, no Rio Grande do Norte também o MPA começou a fazer luta pela terra, então está pipocando em vários Estados, vai chegar o momento que a luta pela terra vai ser; já é necessidade realmente, mas é aquilo que eu falei a grande contradição nossa é a gente vai dar conta da luta mesmo? Se o nosso foco é organizar as pequenas propriedades. Isso é uma coisa que desde quando eu entrei, eu falei é impossível a gente falar em reprodução do campesinato se a gente não faz luta pela terra. É a grande contradição, como diz Mao Tse Tung é a mudança fundamental que vai levar o movimento, e aí? O que você defende? Se é a reprodução do campesinato então vamos fazer luta pela terra.

A tomada de consciência dos camponeses do MPA de que as amarras que o território do capital impõe têm na propriedade da terra um elemento central, coloca para o movimento a necessidade da ocupação de terras. Harvey (2004, p. 77) explanando a respeito de Lefebvre disserta que o mesmo encontrou a chave no seu celebrado comentário de que o capitalismo sobrevive mediante a produção do espaço, a expressão da materialidade deste se põe a partir do território, “e [o território] para o capital é uma forma de regulação” (MOREIRA, 2003, p. 51). A necessidade de ocupação sentida pelos camponeses do Movimento dos Pequenos Agricultores na Bahia se dá como resposta à regulação imposta aos mesmos pelo território do capital, uma manifestação espacial da contradição capital x trabalho.

No bojo desta manifestação espacial da contradição capital x trabalho, Palmeira coloca o sentido divergente das territorialidades distintas (a do capital e a do camponês), que se acredita poderem traduzir os anseios gerais do MPA não só na Bahia, mas no Brasil:

[...] a propriedade capitalista é um território que quem controla é o capital, por exemplo, a gente é impedido de entrar, para a gente entrar tem que ocupar mesmo, tem que ser sob pressão. A gente volta para a organicidade do movimento, a comunidade do MPA no grupo de base é uma comunidade de resistência e numa lógica de território, ele tem que ser um território controlado pelos camponeses, os camponeses tem que controlar aquele território. [...] por exemplo, você pensa numa comunidade de cinquenta

famílias, do ponto de vista da dominação do território as famílias tem de dizer, isso entra na comunidade e isso não entra, a gente vai produzir dessa forma, a gente não vai produzir dessa forma. A gente pega do ponto de vista da cultura camponesa, que vem sendo esmagada pela cultura de massa que vem sendo propagandeada aí, então da lógica do controle do território a comunidade tem que dizer a gente não aceita que entra esse tipo de cultura aqui na comunidade, a gente defende esse modelo e está preservando esse modelo, então dentro da lógica de controle do território que o MPA defende, é que a comunidade é o espaço onde você vai determinar o que tiver para acontecer. Aí o Bernardo Mançano trabalha conosco em três esferas: a dominação do território da mente, se eu não posso dominar nem o que eu penso o que eu quero fazer, então a primeira lógica de dominação de um território é dominar um território meu, a minha cabeça; depois tenho que dominar o território da minha família, do meu espaço de convivência; e depois o território da comunidade para que a gente possa dominar o território a nível 'global' e aí se tem necessidade de organização nacional, de base, enfim a lógica do domínio do território é essa. Um outro exemplo clássico na questão da produção de sementes, hoje a Monsanto, essas empresas, vêm produzindo sementes transgênicas, elas vêm controlando as sementes, elas detêm a semente; por exemplo, uma variedade da soja é propriedade privada da Monsanto, para eu plantar tenho que pagar; e a semente na nossa lógica da dominação do território é patrimônio do povo e da humanidade. A comunidade ela tem o dever de decidir, olha a gente não quer a soja da Monsanto aqui, não quer a semente da Monsanto, a nossa semente é a semente nativa, a semente crioula que dá possibilidade de você controlar a vida; o controle da vida pela comunidade, pelos camponeses, e não na lógica do indivíduo do capital controlar a vida no caso específico da semente.

Para a construção da resistência camponesa o MPA - Bahia (e nacional) deixa uma grande contribuição: a lógica do território é fundamental se o que é objetivado é a construção de um outro projeto de sociedade. Compreender que o modelo agrícola, o agronegócio e o latifúndio são expressões espaciais do território do capital é fundamental para a clareza na construção dos movimentos sociais no campo. E construir-se enquanto movimento social (socioterritorial) requer o desenvolvimento de uma territorialidade que tenha uma outra lógica diferente da do sistema do capital que subsume o trabalho camponês e se reproduz no campo a partir do caráter rentista que emprega a terra.

Considerações Finais

A acumulação do capital sempre foi uma questão intensamente geográfica; a produção e a reconfiguração das relações espaciais é essencial para atenuar, se não resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo (HARVEY, 2005).

O sociometabolismo do capital enquanto sociabilidade dominante realiza-se como um conjunto de múltiplas determinações para realizar o valor de troca (o fundamento da produção sob seu controle), e para isso necessita controlar o espaço.

O capital é uma relação histórico-social, que se reproduz preponderantemente a partir do trabalho humano abstrato (do trabalho não pago) e cria uma territorialidade específica que o torna onipresente na escala planetária. Essa territorialidade inclui no circuito da reprodução ampliada do capital até formas tipicamente não capitalistas de produção, como por exemplo, a agricultura camponesa no Brasil, com o objetivo de sujeitar a renda da terra ao capital.

Nessa direção se estruturou o modelo agrícola brasileiro, com um Estado subserviente aos interesses do capital e como árbitro do mesmo equilibrando os interesses diversos dos diferentes capitais, e o surgimento do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia e nacionalmente se dá no âmbito contestatório relativo ao modelo agrícola. Após se estruturar o MPA em sua organização de base percebe que “o território da consciência leva à consciência do território” (SILVA, 1998, p. 258) e a dimensão territorial aflora como uma contradição do movimento, que a princípio se organiza no combate ao modelo agrícola, mas sente atualmente (pressionado pela sua própria base) a necessidade da luta direta pela terra (ocupação). Aos camponeses do MPA – Bahia e nacional (e de outros movimentos sociais do campo) que se encontram no “olho do furacão” do Estado Capitalista Latifundista Multinacional brasileiro, e “varridos” pelas suas contradições, o território se coloca como possibilidade e necessidade na construção de um outro projeto de mundo em que a sociabilidade do valor de troca (do trabalho não pago – mais valia) e suas formas sutis de apropriação do trabalho e da vida camponesa deixe de existir (que o homem domine a produção e não o contrário!).

Notas

¹ Trabalho de conclusão da disciplina Teorias e Técnicas em Geografia Agrária, ministrada pelo Prof. Dr. Celso D. Locatel, do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2007.

² Comissão Pastoral da Terra.

³ Centro de Estudos e Ação Social.

⁴ Humberto Santos Palmeira, membro da Coordenação e Direção Estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores – Bahia. Entrevista realizada em Vitória da Conquista – BA no dia 20/06/2007, às 9:30.

Referências

AUED, I. M. ; ALBUQUERQUE, E. S. O método da desconstituição do capital e a geografia. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 24, p. 43 – 60, 2005.

CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. 3.ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural. 1985. Livro III, o processo global da produção capitalista (tomo I).

MOREIRA, R. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v.. 4, n. 1, 2003. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/pegada.htm>. Acesso em: 5 jun.2007.

MPA. **MPA e a resistência camponesa: história, proposta, princípios e organização**. Direção Nacional (material informativo), 2005.

MPA. **Cartilha de formação: subsídios para fazer o trabalho de base**. Direção Estadual: MPA Bahia (material informativo), 2005.

MULLER, M. M. U. ;AUED, I. M. A reorganização do processo produtivo do agro brasileiro: a cota parte da universalização do capital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, VI., 2004, Goiânia. **Anais**. Goiânia: AGB, 2004.1 CD-ROM.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. et. al. (Org.). **Geografia e meio ambiente**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p.280 – 306.

SILVA, A. C. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, A. C. da. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, M. (Org). **Território: globalização e fragmentação**. 4.ed. São Paulo:HUCITEC, 1998. p.257 – 260.

SILVA, L. R. **Do Senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

STÉDILE, J. P. O latifúndio. In: SADER, E. (Org.). **7 Pecados do capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.163 – 213.